



## Celso Furtado sob o olhar da História

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007, 407 p + anexos.

---

*Roberto Pereira Silva*<sup>1</sup>

Até o momento, Celso Furtado recebeu pouca atenção entre os historiadores. A despeito de ser considerado um economista cujo traço distintivo entre seus contemporâneos é a história, a qual inclusive deu as bases de originalidade do estruturalismo latino-americano, a verdade é que poucos historiadores se debruçaram sobre a obra do paraibano de Pombal, nascido em 1920 no “Nordeste brasileiro”. Rara exceção em sua fortuna crítica, o ensaio de Francisco Iglésias, “Celso Furtado: pensamento e ação”, publicado em 1971 em seu *História e ideologia* permanecia como exemplar isolado do tratamento histórico da obra de Furtado até a aparição desse alentado volume de Rosa Maria Vieira.

Não se trata, unicamente, da disputa por Celso Furtado entre diversos campos do saber (ainda que, em alguma medida, essa questão é relevante), mas em definir a particularidade do olhar do historiador, mesmo quando mira o economista. Isso pode ser encontrado na tese principal deste livro, a qual pressupõe, acertadamente, a insuficiência das análises do pensamento furtadiano que remete para as linhagens de Keynes, Cepal e a sociologia do conhecimento de Mannheim. A obra procura investigar a relação de Celso Furtado com a tradição histórica pós-30 que renovou o pensamento social e “deu suporte ideológico à reordenação do capitalismo

---

(1) Instituto de Economia/Unicamp. E-mail: tatrius@gmail.com.

no Brasil” (p. 18). Nesse sentido, as outras correntes de influência teriam se acomodado a esse substrato da tradição brasileira.

Para iniciar sua *démarche*, a autora aponta a importância da história em Celso Furtado. Ela pode ser percebida não apenas em sua obra-prima, *Formação econômica do Brasil* (1959), mas também nos escritos autobiográficos, nos quais ressalta que sua formação em economia se deu com conhecimentos históricos já consolidados desde a juventude. Essa relação, portanto, é investigada através do “lugar da história na teoria de Celso Furtado e em seu projeto de desenvolvimento”, ou, sob angulação diferente: tentando responder como “o projeto [de desenvolvimento nacional] modelou a leitura histórica do passado brasileiro” (p. 34).

A autora, consciente das dificuldades em encontrar referências historiográficas explícitas na obra do economista brasileiro, parte para a identificação da história não na busca de um método histórico ou do diálogo explícito com historiadores brasileiros (embora estes dois caminhos sejam possíveis e tangenciem sua análise), mas sim identificando o que ela, retomando os escritos de Nilo Odália, chama de “função ideológica da leitura historiográfica”, a qual busca “harmonizar a história com as necessidades de um projeto social” (p. 37). Essa relação entre reconstrução história e projeto nacional liga Celso Furtado a uma linhagem de intelectuais como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior entre outros.

Segundo a autora, a contribuição e a inovação de Celso Furtado nessa linha é o abandono do viés étnico-racial e a abertura para uma leitura macroeconômica do processo histórico brasileiro. Além disso, imerso no contexto dos anos 1950, a formação da nacionalidade era retrçada para “explicar o atraso brasileiro no contexto capitalista global, de propor planos de desenvolvimento industrial autônomo e de pensar a unidade territorial nos termos da integração econômica regional” (p. 43). Nesse sentido a questão é recolocada do polo Nação/Civilização para Nação/Desenvolvimento.

Se esses apontamentos já delineiam a importância da história no *projeto desenvolvimentista* de Celso Furtado, a autora iniciará a primeira parte de seu livro, “Celso Furtado: história e projeto nacional”, justamente tratando da genealogia de *Formação econômica do Brasil*. Nesta, a autora destaca a importância decisiva de suas atividades na Cepal, onde Celso

Furtado ajudou a desenvolver categorias que “passaram a informar sua visão de mundo” (p. 47). Entre elas, detém-se nos conceitos de socialização das perdas, no entendimento da economia colonial como periferia, a escassez de mão-de-obra e a dinâmica econômica baseada nos ciclos das economias centrais e, finalmente, “a contribuição, sem dúvida, mais importante de Celso Furtado para a economia brasileira — a teoria da industrialização por substituição de importações como o modo particular da transição capitalista na periferia” (p. 382). Esse leque de temas é abordado nos livros e artigos publicados entre 1950 e 1959.

Ainda assim, mais interessante que a gênese da obra é a busca do caminho que “articula a trama das primitivas influências e das interlocuções do pensamento de Celso Furtado com o amplo movimento intelectual que, gestado no Brasil a partir dos anos 30, impregnou profundamente a ciência social e a historiografia nacionais. O que se quer investigar é a dimensão da importância de tal produção para suas concepções e que bem pode constituir o substrato essencial, algo como uma base de sustentação para suas conhecidíssimas formulações cepalino-keynesianas” (p. 65). Esse movimento intelectual, que Antonio Candido ora chamou de “sopro de radicalismo”, ora de “rotinização” da cultura modernista formulada na década anterior, marca uma viragem nos estudos sociais, colocando a problemática da nação sob o ponto de vista de “um Brasil moderno, urbano e industrial”, sinalizando a inserção do país num novo padrão de acumulação capitalista. É justamente nessa tradição de retomada do passado para explicar o futuro que Rosa Maria Vieira propõe uma releitura de *Formação econômica do Brasil*, “de trás para frente”. Isto porque a leitura dessa obra deve levar em consideração “um duplo aspecto”: de um lado, a “particularidade do processo de industrialização na periferia subdesenvolvida do capitalismo”, presente na última parte do livro de Celso Furtado; de outro, a reconstrução histórica, buscando “nas raízes profundas da história os entraves ao desenvolvimento industrial” (p. 90), o qual pode ser acompanhado nas quatro primeiras partes de *Formação econômica do Brasil*. Esta leitura, ressaltando o enquadramento histórico da questão do subdesenvolvimento do país nos anos 1950, esclarece de que forma Celso Furtado “exerceu uma das atribuições ideológicas possíveis do ofício de historiador: buscar nas profundezas da história as determinações pretéritas e as justificativas de um projeto de nação”. Além disso, esse mergulho na

história e na tradição de pensamento social brasileiro fazem de Furtado “um cepalino keynesiano, porém, antes disso, um pensador brasileiro herdeiro do sopro de renovação do pensamento nacional que acompanhou e idealizou as mudanças do processo de acumulação capitalista no país” (p. 115-116).

Na segunda parte do livro, “Celso Furtado: política e razão – o lugar do Estado no desenvolvimento”, a autora retoma a visão furtadiana do intelectual reformador, portador de racionalidade e instrumentalizado como o planejamento enquanto técnica social. Essa intervenção justifica-se, precisamente, pela incapacidade das forças de mercado atuarem pela superação da condição periférica, num claro eco cepalino.

Entretanto não escapa à leitura da historiadora que essa neutralidade, e a ideia de nação em Celso Furtado obliteram a estratificação social e as estratégias de classe. De tal forma que essa reconstrução furtadiana do intelectual reformador irá resultar na “submissão da política à técnica racional e, no limite, a despolitização do espaço social” (p. 127). Também essas questões serão tratadas, diferentemente dos comentaristas que se restringem à teoria cepalina, na “possível interlocução entre o pensamento de Celso Furtado e a tradição teórica antiliberal que, nos anos 30, sustentou ideologicamente a reordenação capitalista em curso no Brasil e deu continuidade ao tema da construção nacional” (p. 133). Isso porque, no quadro de formulação do padrão de acumulação capitalista comandado pelo Estado, as questões se colocam em termos de antiliberalismo (fortalecimento do Estado) e ressurgimento do tema das elites (renovadas pelo “pensamento científico” derivado das ciências sociais, que lhes oferece instrumentos para intervir na realidade, “objetivismo tecnocrata”). Entretanto, se as continuidades e as origens dos temas são apontadas, as diferenças de contexto também são marcadas. Isso porque, se nos anos 1930 era a conformação do capitalismo urbano-industrial que se colocava, nos anos 1950, ao contrário, “os limites e impasses do desenvolvimento industrial periférico ganham grande visibilidade” (p. 160). Assim, o pensamento social reformula a discussão da questão nacional, incorporando a economia como forma de compreensão da realidade, discutindo o papel do capital externo, as possibilidades de industrialização e o lugar do Brasil no cenário internacional. É nesse quadro que Celso Furtado propõe seu projeto de desenvolvimento autônomo para o capitalismo brasileiro,

desenvolvendo seu conceito de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que elaborando a discussão da “problemática nacional com base em novas correntes de pensamento econômico [Keynes e Cepal]” (p. 163). É a partir desse novo conjunto de transformações econômicas internacionais (era de ouro do capitalismo), nacionais (industrialização substitutiva de importações e Estado forte), bem como de rupturas no pensamento econômico, que Celso Furtado irá reavaliar a construção nacional, buscando suas especificidades, nas quais permanecem os temas do Estado interventor e as dificuldades da modernização. Entretanto, como bem salienta a autora, “o ‘velho’ que ecoa no pensamento de Celso Furtado é, na verdade, imposição de uma realidade histórica cujas determinações, que antes enredavam os reformadores do passado, ainda se mantinham vivas no Brasil de capitalismo tardio [...] e, nos anos 60, demandavam as ‘reformas de base’” (p. 201-202). Ainda assim, a questão nacional deu um “salto qualitativo”, baseando-se no “desenvolvimento para dentro”, e a mediação do conhecimento do país passou a ser feita pela noção de subdesenvolvimento, conceito com o qual Celso Furtado “pôde dar uma dimensão internacional ao projeto de ‘construção da nação’, ultrapassando a discussão nos marcos puramente locais” (p. 202).

Outro aspecto analisado por Rosa Maria Vieira são as considerações de Celso Furtado como intelectual reformista. Nesse sentido, as formulações do economista paraibano pressupõem e estão determinadas por um “projeto nacional”, “uma ideia de intelectual e por uma leitura específica da ação política transformadora” (p. 217- 218).

Para deslindar essa questão, a autora se detém em alguns textos no qual a figura do intelectual é desenvolvida, como em *A pré-revolução brasileira* (1962), e *Dialética do desenvolvimento* (1964). Neste, o papel da *intelligentsia*, conceito desenvolvido por Mannheim, é “esclarecer as consequências das ações dos homens de Estado”, direcionando-as para o interesse coletivo. A eles cabe se sobrepôr aos condicionantes sociais imediatos. Aqui aparece a questão da neutralidade e da razão científica. Nesse momento, as preocupações de Furtado abandonam a macroeconomia keynesiana para dar lugar à dimensão política, “permitindo que se entrevejam possíveis heranças ou familiaridades com o pensamento social brasileiro que o antecederam no projeto de construção nacional” (p. 232). Nesse sentido, a proposta intervencionista de Furtado é derivada (como não poderia deixar de

ser) de sua interpretação do subdesenvolvimento e das classes sociais nele envolvidas. Com efeito, este é definido pela penetração de um setor moderno num sistema econômico arcaico. Esse desequilíbrio inaugural, uma vez que não foi superado pelo processo de substituição de importações, não promoveu mudanças na estrutura de classes, fugindo do modelo clássico de revolução burguesa comandado pelo setor industrial. Nesse processo geral, destaca-se a crítica ao modelo de industrialização brasileira, desordenado e tributário do capital estrangeiro, por um lado; incapaz de diferenciar os interesses entre as classes industrial, agrária e trabalhadora, de outro. Assim, no processo de crise dos anos 1960, na impossibilidade de qualquer setor apontar um caminho alternativo, o Estado deve tomar a si a tarefa de reforma social, buscando sua própria racionalidade, conduzido por uma *intelligentsia* competente. Assim, embora afastado da via autoritária dos anos 1930, para Furtado o Estado tem o papel de “lançar as fundações de um projeto capitalista autônomo” (p. 246), inovando justamente por pensar a política a partir da análise econômica.

A última questão abordada por Rosa Maria Vieira na terceira parte de seu livro é a questão do Nordeste. Celso Furtado ultrapassa o discurso naturalista (escola do Recife) e culturalista (Gilberto Freyre), pensando a região no âmbito da teoria do subdesenvolvimento. Nesse quadro, a SUDENE é um lugar onde o ideário desenvolvimentista se coloca enquanto instituição reformista do Estado, se confrontando com as lutas políticas nacionais. Neste momento de tensões, Celso Furtado marcou posição frente tanto à “oligarquia nordestina quanto aos movimentos populares” (p. 301). O projeto de desenvolvimento do Nordeste pressupunha o rompimento com a dependência do Centro-Sul e, ao mesmo tempo, os problemas da região eram “desdobramentos do processo de reprodução capitalista no Brasil” (p. 323), agora sob o capital estrangeiro e empresas oligopolizadas. É, portanto, esse quadro de crise que irá orientar a reconstrução histórica da formação do Nordeste, visando detectar “o anacronismo de suas instituições sociais, de seu atraso no processo de desenvolvimento capitalista”. Nesse quadro é possível entender as considerações de Celso Furtado sobre a questão social no Nordeste. Isso porque o acirramento dos conflitos sociais na região fará com que abandone a visão da neutralidade em seu livro de 1964, *Dialética do desenvolvimento*. O problema do Nordeste é tratado como fundamental para a nação, uma vez que os conflitos sociais ameaçam a “ruptura do tecido social brasileiro”. Daí a necessidade de “reformas

capitalistas de base”, para manter a democracia e a estabilidade social que uma revolução em um país subdesenvolvido poderia comprometer. Desse modo, conclui a autora, que “a racionalidade gerada pelo planejamento surgia, nas formulações de Celso Furtado, como a possibilidade de equação dos conflitos de classe, de sujeição dos imponderáveis movimentos da política ao controle técnico e, também, de eliminação dos arcaísmos sociais que entravavam a realização das formas mais avançadas de reprodução capitalista no Nordeste” (p. 374).

Temos, portanto, um livro capaz de levantar e impor aos estudiosos o papel da história na obra de Celso Furtado. Isso através de uma argumentação depurada, por vezes nos conduzindo a grandes reconstruções históricas precisamente para marcar sua pertinência na obra do economista paraibano. Além disso, esse enfoque histórico coloca em nova luz o papel do intelectual reformista e da intervenção do Estado na obra de Celso Furtado. Essas questões são inovadoras do ponto de vista de uma leitura econômica da política, enquanto que as questões da necessidade do Estado e o papel de condução da política econômica para a consolidação do capitalismo se colocam como problemas nos diversos momentos históricos onde há possibilidades de mudança.

Finalmente, para os céticos reticentes na pertinência dessas questões, Rosa Maria Vieira oferece como prêmio uma entrevista com Celso Furtado de vinte e duas páginas, realizada em 2001, na qual o economista se detém longamente sobre suas referências intelectuais e sua trajetória de homem público.